

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**A INVESTIGAÇÃO PARA CARACTERIZAR DEMANDAS E EFETIVAR DIREITOS
DE FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA**

Leonardo Rocha¹

Édina Mayer Vergara²

Resumo: O presente artigo busca enfatizar algumas contribuições da pesquisa para o exercício do planejamento social, para a interação comunitária e a implementação de direitos intersetoriais, não raramente invisibilizados. Este estudo se construiu processualmente numa imersão coletiva e investigativa desde março de 2011 no município de Morretes - PR - quando participei do coletivo de estudantes da Turma 2009 do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná - UFPR – Setor Litoral pesquisando, planejando e intervindo em parceria com professores e técnicos nas demandas advindas de deslizamentos e enchentes que assolaram aquele município. A partir dessa realidade nos ocupamos em especial de treze famílias da agricultura familiar que perderam suas casas e espaço de plantio e foram acolhidas pela prefeitura municipal em um abrigamento urbano. Desde então foi a investigação cotidiana baseada na participação permanente dessas famílias que permitiu a construção de respostas imediatas às suas urgências, até serem instaladas com muitas outras famílias no final do ano de 2012 em um conjunto habitacional de interesse social, também situado na zona urbana do município. É evidente que outras demandas se tornaram definitivas – em especial o acesso ao trabalho e renda o que se tornava quase impossível considerando o quadro de analfabetismo pleno e funcional de boa parte dessas pessoas. Novamente, agora em situação de estágio curricular no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS foi a investigação que permitiu entender as características socioassistenciais e educacionais das famílias assentadas, bem como buscar formas de efetivação da Política do Sistema Único de Assistência – SUAS que preconiza assistência como

¹ Acadêmico de Serviço Social. Artigo apresentado para avaliação de trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Matinhos - PR, junho de 2014.

² Professora do Curso de Serviço Social-ufpr-Setor Litoral. Orientadora deste trabalho.

uma transitoriedade até que os sujeitos tenham autonomia sobre suas vidas. Esta permitiu que o município pudesse propor que tanto os seus direitos de assistência quanto à educação seguissem caminhos transversais de efetivação, vinculando a materialização de ambos via o acesso ao Programa Bolsa Família – PBF –, e neste caso quem volta à escola são jovens e adultos. As aprendizagens permitem entender que a pesquisa é competência e instrumental profissional vital para caracterizar, planejar e efetivar direitos com os sujeitos sociais, que neste caso são pessoas em vulnerabilidade social que terão acesso e permanência à educação de jovens e adultos podendo viver este direito pela vinculação ao Programa Bolsa Família pela via da política da assistência.

Palavras-chave: Pesquisa social; Planejamento social; Baixa escolaridade; Intersetorialidade de políticas sociais.

INTRODUÇÃO

Em março de 2011, um evento extremo de chuvas atingiu em especial dois municípios costeiros do estado do Paraná: Antonina e Morretes. Nas áreas mais atingidas, a comunidade de Floresta (Morretes) e Morro da Laranjeira (Antonina) ambas na zona rural foram seriamente afetadas.

Conforme a estação de monitoramento da chuva em Morretes em dois dias a cidade registrou 537mm de água, este volume é superior a média histórica para o mês inteiro de março, que fica entre 250 e 350mm. Esse acontecimento gerou marcas profundas na sociedade e na economia paranaense no ano de 2011. Os dados segundo a Defesa Civil do Paraná mostram: pessoas afetadas: 15.178; pessoas desalojadas: 8.000; pessoas desabrigadas: 1180; residências danificadas: 2.450; residências destruídas: 85; 21 feridos e uma pessoa morta.

Devido à queda de barreiras e pontes a BR-277 ficou totalmente interditada, esta é a única rodovia de ligação direta entre a capital Curitiba e o Porto de Paranaguá, este o segundo maior porto do país. Serviços básicos como abastecimento de água, telefonia e energia elétrica, em alguns casos ficaram

suspensos, as empresas responsáveis não conseguiam se deslocar até os locais. Segundo o Geógrafo Prof. Dr. Rodrigo de Souza da Universidade Federal do Paraná – UFPR - o evento extremo que atingiu as cidades de Antonia e Morretes por diversos fatores, devido às perdas sociais e econômicas, levou à ocorrência da denominação “desastre natural”. Por motivo da mudança brusca da paisagem, os locais atingidos não apresentam boa estabilidade e até o momento, não se sabe qual volume de chuvas pode acarretar novos deslizamentos (SOUZA, 2012, pg 4).

Dentre todos os desabrigados, treze famílias foram encaminhadas por intermédio da prefeitura da cidade para o Centro Espírita Jesus Maria José, localizado no centro da cidade. Estas famílias eram apenas uma parte das dezenas de atingidas pelo evento ambiental de março de 2011, eram as que menos tinham condição de sair da situação da miséria, do abandono e da exclusão que aquela tragédia representava, não tinham sequer parentes a quem recorrer, ficaram a mercê, explicitando um grave problema social para os atores políticos locais.

A UFPR Litoral desde o ocorrido esteve presente nos municípios na perspectiva de contribuir para a melhoria das condições das pessoas envolvidas nessa catástrofe natural. Houve inicialmente, atividades coletivas em que professores e estudantes de todos os cursos discutiram o contexto sócio-ambiental da catástrofe, além da realização de campanhas e mutirões de cunho assistencialista emergencial. No reinício das aulas no ano de 2011, logo após o desastre natural cada curso promoveu debates em que foram elencadas mais de 100 ações possíveis para contribuir com a melhoria da vida das pessoas atingidas.

Uma dessas propostas foi a realização do I FOCO – Fórum das Comunidades do Litoral do Paraná. O evento contou com a participação de cerca de 300 pessoas, vários professores e estudantes da UFPR Litoral, além de autoridades e famílias dos municípios atingidos. No evento foi produzida uma carta que aborda: 1. o papel das esferas públicas de poder; 2. o papel das comunidades; 3. o papel da UFPR litoral. Assim o princípio deste estudo se formou e se construiu mediante um processo de imersão coletiva com grande parte da parcela acadêmica do setor litoral, atores políticos locais e demais pessoas da comunidade solidárias envolvidas com o desastre ambiental, com isso a ação investigativa se deu desde março de 2011 no município de Morretes - PR - quando participei do coletivo de estudantes da Turma 2009 do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná -

UFPR – Setor Litoral pesquisando, planejando e intervindo nas demandas advindas de deslizamentos e enchentes que assolaram o município de Morretes – PR, que diferente de outras frentes de ação, se focando nas famílias desabrigadas que estavam em um abrigo público no centro da cidade.

Quanto ao papel da UFPR Litoral, ficou decidido que, de acordo com seus objetivos institucionais, trabalharia articulada com a sociedade civil e o Estado, em seus três níveis (Municipal, Estadual e Federal), com o propósito de articular políticas públicas já existentes com as necessidades e possibilidades do Litoral do Paraná. Que participaria com seus saberes e ações para cooperar com a mediação das ações relacionadas às questões levantadas e discutidas no I Fórum das Comunidades do Litoral do Paraná. Nessa perspectiva é que se instala o projeto Águas de Março que já tem acontecido desde o início do segundo semestre de 2011.

Trata-se da integração de uma atividade de ensino vinculada a um dos eixos da Proposta Pedagógica da UFPR Litoral como uma atividade de extensão. Diante da imersão dos estudantes e professores nas questões de desenvolvimento local e mais especificamente naquelas atreladas ao desastre ocorrido em março de 2011, assim o projeto Águas de Março, se desenvolveu quando nos ocupamos em especial de treze famílias da agricultura familiar que perderam suas casas e espaço de plantio e foram acolhidas pela prefeitura municipal em um abrigo urbano no centro da cidade, foi neste momento que o nosso grupo desenvolvido para intervir de forma participativa no processo de violação de direitos sociais das pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social atingidas pelo desastre natural, se focou na fomentação da formação e organização comunitária para geração e gestão cooperada e sustentável de trabalho e renda.

O viveiro comunitários de mudas era uma das ações do projeto, assim como as ações de meliponicultura, artesanato dentre outros. O viveiro comunitário se destacava, pelo cultivo de mudas nativas, tradicionais e ornamentais da região, oferecendo uma possibilidade de se resgatar, aproximar e assim tentar alcançar o ser do campo ou trabalhador rural. Uma vez que o cultivo era a principal atividade e obtenção de renda dessas famílias. Junto a esta iniciativa voltou-se a atenção para a organização social do grupo, através de uma cooperativa ou associação para poder atuar no mercado local.

Dentro das ações houve a aplicação de um breve questionário no centro da cidade, local aonde eles se encontravam desabrigados na data de 2012, somente com os chefes das famílias. Foram feitas perguntas, com o intuito de reunir dados sobre a realidade de obtenção de renda dessa comunidade, perguntas como: a) Qual era sua principal obtenção de renda antes do acidente ambiental? b) Qual sua principal obtenção de renda após o acidente? Neste questionário também continha a questão nível de escolaridade, e pode se notar que os índices de analfabetismo e baixa escolaridade eram acentuados entre estas treze famílias, não se encontrava chefes de família que haviam cursado o ensino médio, assim imperando o analfabetismo e o ensino fundamental incompleto, das treze famílias sete com ensino fundamental incompleto e cinco analfabetos.

A partir do ano de 2013 junto as treze famílias alocadas no Centro Espírita da cidade, quarenta e três famílias foram transferidas para o conjunto habitacional Dr. Sidney Antunes de Oliveira localizado também no centro da cidade de Morretes. Esse conjunto foi construído para receber as famílias que perderam suas casas por conta do desastre ambiental do ano de 2011 e também outras famílias em estado de extrema vulnerabilidade social cujas casas se situavam em situação de risco e que foram condenadas pela defesa civil.

Portanto, como parte do processo que se sucedeu, este trabalho apresenta uma pesquisa desenvolvida sob responsabilidade do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - de Morretes – PR, no período de agosto a setembro 2014 junto aos moradores do complexo Habitacional Dr. Sidney Antunes de Oliveira. A coleta de dados foi efetivada de forma cooperada com os estagiários e acadêmicos do curso de Serviço Social da UFPR – Litoral, foi uma ação que buscava atualização e detalhamento na caracterização social de todas as famílias que ali habitam, de pronto cabe dizer que quase todos os moradores hoje participam das políticas sociais do governo e que isto só foi possível pelo cadastro no CAD – Único efetivado pelo CRAS.

Durante o período das visitas além de conferir o questionário e atualizar com os dados também havia a possibilidade de propor ações para intervir junto à esta comunidade. Foi um período muito interessante que permitiu-me compreender mais as funções do Planejamento Social nos modos como Myrian Veras Baptista (2013) propõe pois e como estagiário do CRAS de Morretes participei do antes durante e depois de todo este processo no Conjunto Habitacional Dr Sidney Antunes de

Oliveira. A partir das visitas e análises de indicadores e dados eram perceptíveis as feições das demandas sociais ali presentes e desde então era necessário estudar, debater formas de buscar enfrentar o detalhamento que tais demandas anunciavam.

Das demandas colocadas uma delas chamou minha atenção, desde 2011 entre as treze famílias com que convivemos no Centro Espírita havia adultos e jovens analfabetos plenos ou funcionais e dentre as quarenta e três famílias agora assentadas neste conjunto de habitações de interesse social, novamente esta situação se mostra: na questão sobre o nível de escolaridade, 26% são analfabetos e 51% são pessoas com o ensino fundamental incompleto, era necessário propor alternativas frente a este direito violado.

OS PROCESSOS INVESTIGATIVOS REDEFININDO OBJETIVOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

A partir dessa clareza de demanda o objetivo do trabalho frente a esta situação era promover atividades, projetos ou programas que possibilitem a alfabetização e a escolarização de jovens e adultos e garantir que possam ter oportunidades de melhorar a sua condição de vida e da sua família.

Assim o objetivo central da intervenção do estágio não foi apenas discutir o vasto território de implementação de programas sociais que são possíveis de serem mobilizados diante do universo de demandas apresentadas e as muitas burocracias e técnicas a serem enfrentadas para sua efetivação. Mas sim com os moradores do complexo Habitacional Dr. Sidney buscar uma melhor qualidade de vida através da materialização de políticas públicas, que promovam a alfabetização e o aumento da escolaridade como forma de uma inclusão produtiva que os leve a um empoderamento diante de suas histórias de vida.

JUSTIFICATIVA

A construção do complexo habitacional foi organizada diante de uma demanda que ocorreu com a catástrofe ambiental ocorrida em 2011, surgiu a necessidade da prefeitura da cidade de Morretes de abrigar algumas famílias de trabalhadores rurais oriundos do bairro floresta e demais bairros rurais da cidade, desalojados e impossibilitados de voltar para onde moravam por motivos de segurança. Estavam esperando as autoridades competentes se manifestarem, pois tiveram seu direito a moradia interferido por um desastre ambiental. De acordo com a prefeitura da cidade de Morretes o foco da construção era atender os desabrigados da catástrofe ambiental de 2011, e outras famílias em áreas de risco e em situação de vulnerabilidade social da zona urbana e rural.

Durante a ação promovida pelo CRAS da cidade de Morretes denominada Diagnóstico Social percebi, como se preocupa Cistina Kologeski Fraga (2010, p. 2) Em que a área que o Serviço Social seja empreendido não somente em sua natureza interventiva na realidade social, para além do pragmatismo, habilitado para intervir na questão social. A autora, tentando problematizar e desconstruir essa visão pragmática acerca do trabalho do assistente social parte do ponto que o exercício profissional do assistente social necessita uma atitude investigativa constante. Guerra (2006, p. 15) também corrobora esta posição:

Mais do que isso a investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional.

Em todo este processo de investigação e análise vivido no conjunto habitacional Dr. Sidney Antunes de Oliveira uma das questões pertinentes no Diagnóstico social era qual a ocupação dos moradores, se tinham alguma profissão, trabalho eventual ou qual era sua obtenção de renda. Também havia a possibilidade de gerar atividades ligadas a geração de trabalho e renda e elaborar propostas para

as demandas no segmento geração de trabalho e renda dentro do eixo de trabalho do CRAS, promovendo a inclusão de cursos profissionais para quem não tem qualificação. A partir do acesso a vagas de emprego formal para quem tem qualificação; inclusão em vagas de estágio ou projetos de aprendizagem; orientação quanto a linhas de créditos para abrir seu próprio negócio e encaminhamento para cursos profissionalizantes no CRAS ou para agência do trabalhador já que muitos moradores estavam desempregados, foi quando percebemos a necessidade de conhecermos de modo mais profundo as expressões da questão social.

As demandas dos então moradores do Complexo Habitacional perpassavam por maior encremento as políticas públicas para o campo, pois eles eram oriundos em sua maioria de áreas rurais, estas localidades rurais e seus arredores se caracterizam pela grande produção de alimentos, baseada na agricultura familiar e no campesinato com raízes tradicionais caiçaras, como na maioria do litoral do Brasil, do estado do Rio de Janeiro à Santa Catarina, descendem de índios e portugueses e dependem da agricultura, pesca e extrativismo em troca de dinheiro e de subsistência (BEGOSSI, 1999, p.4), ainda há pesquisadores que adotam o termo caboclo para populações litorâneas caiçaras como Bigarella (2009).

Assim, a comunidade rural e sua atividade econômica exerce um papel fundamental na sociedade e na atividade econômica local. A partir disto constata-se que os moradores da comunidade rural Floresta e de outras localidades servem a interesses governamentais (acessando programas do governo), e econômicos, alimentando uma cadeia de produção local, com seu papel econômico bem definido e social inteiramente ligado com a raiz camponesa caiçara. A relação de valorização do espaço geográfico é determinada por uma noção de inclusão social ligada ao território uma vez que conta com uma coletividade que necessita de uma forma e lugar de um conteúdo como um sistema institucional político e cultural (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Tornando o território rural um vasto campo para o exercício do poder social, político e econômico em um contexto local ou nacional.

Podemos perceber que o campo é para seus moradores muito mais do que território ou meio de subsistência ou algo separado ou indiferente para a vida do agricultor e se apresenta muito mais complexo do que podemos imaginar, é como se o campo fosse o pano de fundo dos acontecimentos em sua totalidade, sendo o

alicerce para a construção e a manutenção da cultura e também como base para troca de informações e conhecimentos e interação social por gerações.

Assim as atividades das pessoas do campo, como as de todos os seres humanos tem uma pequena parte das suas experiências retidas na consciência, como bem exemplifica o tratado da sociologia do conhecimento de Berger & Luckmann. Essas experiências que ficam assim contidas são sedimentadas, se estabilizam como lembranças em entidades reconhecíveis e capazes de serem lembradas, sem essa sedimentação não haveria sentido a construção de uma história pessoal a partir de vivências individuais. Já o sedimento intersubjetivo ocorre quando vários indivíduos constroem uma biografia comum aonde as experiências incorporam um acervo comum de conhecimento, o mesmo corpo de conhecimento é transmitido para geração seguinte, e aprendido como verdade objetiva no curso da socialização, com a apropriação e transmissão dos conhecimentos passados de pais para filhos, construídos por tradição em um âmbito de sedimento intersubjetivo social (Berger & Luckmann capítulo II p. 96). Esse conhecimento se acaba sem um local aonde possa proporcionar a passagem de conhecimento e de socialização, e o que acontece com as famílias de Morretes, com a ligação estritamente ligada ao campo e a atividades baseadas na agricultura, e principalmente com um papel econômico de “produtor rural”, esse tipo de conhecimento de nada serve no âmbito da cidade aonde eles foram obrigados a morar por estarem desabrigados e obrigados a morar no centro da cidade.

Longe do campo conseqüentemente com dificuldades de geração de trabalho e renda, juntando ao fato da baixa escolaridade, aumenta demais as dificuldades que já são apresentadas dia a dia no centro da cidade. Com isso nota-se um grande números de empregos informais, desempregados e desocupados entre os moradores do conjunto habitacional, paralelo a isto grande parte dos moradores são contemplados pelas políticas sociais oferecidas pelo governo Federal. No complexo habitacional Dr. Sidiney Antunes de Oliveira, praticamente todos os moradores são contemplados pelos programas sociais ofertados pelo governo Federal como, por exemplo o Programa Bolsa Família –PBF- e todos estão cadastrados no Cadastro Único - CAD – Único.

Este Cadastro é para programas sociais do governo, um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou renda mensal total de

até três salários mínimos. O Governo Federal, por meio de sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cad Único e, a partir daí, é possível formular e implementar políticas públicas específicas.

Atualmente, o Programa Bolsa Família -PBF- é o maior Programa Social oferecido pelo Governo (MOURA, 2009, p. 7), e para acessar a política habitacional do município seriam contempladas aquelas famílias cadastradas no CAD-Único e em situação de vulnerabilidade social e outras pessoas na mesma condição que moram em áreas de risco ou foram desabrigados pelas enchentes de 2011; mediante a fonte SICON/MDS, estão claras as condições para a família participar do Programa Bolsa Família. E essas contemplam:

Participar, quando for o caso de programas de alfabetização de adultos, e atividades que aumente a escolaridade e promovam qualificação. Dentre outras condicionalidades estão a 85% de presença escolar; carteirinha de vacinação atualizada entre outros. Se formos mais a fundo no plano de ações do BPF (Programa bolsa família), entenderemos essa condicionalidade ligada ao aumento da escolaridade e veremos a sua grande importância ao programa. Assim o BPF (Programa bolsa família) se caracteriza pela articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, de Educação e de Assistência Social, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que possa contribuir para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; Promoção de oportunidades para o desenvolvimento das famílias, por meio de ações que promovam a superação da situação de vulnerabilidade, pobreza e melhoria nas condições de vida dos beneficiários do (PBF) Programa Bolsa Família. São exemplos dessas ações: programas de qualificação profissional, de geração de trabalho e renda, de melhoria das condições de moradia, de alfabetização e educação de jovens e adultos, além da tarifa social de energia elétrica, de fornecimento de registro civil e demais documentos e da isenção de taxas de concursos públicos federais. (2º Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004).

Percebemos que o terceiro eixo aponta meios para as pessoas saírem do estado de vulnerabilidade social, através da condicionalidade de se alfabetizar e se qualificar. Assim as condicionalidades são compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF - quanto pelo poder público, em termos de ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos e as famílias de cumprirem o que é exigido (Moura, 2009 p. 6). Assim, o Programa Bolsa Família também busca a integração com outras políticas públicas, com ações de capacitação profissional e de apoio à geração de trabalho e renda, de educação para jovens e adultos, de melhoria do acesso à moradia, dentre outras.

Essas ações podem mudar a vida das famílias para melhor. Muitas delas, inclusive, podem construir as condições para o próprio sustento e deixar o Programa. Tais atividades são chamadas de “Ações Complementares” e devem ser promovidas pelo Governo Federal, pelos estados e municípios e também por grupos da sociedade civil. (Cartilha Bolsa Família - SEADES. 2014, p. 16).

O objetivo dessas ações é complementar e potencializar os impactos proporcionados pelas transferências condicionadas de renda, e na redução das desigualdades, promovendo um salto qualitativo que conduza as famílias de uma situação de redução da pobreza, para outra de superação sustentada de qualquer forma de vulnerabilidade (Instrução Operacional nº16, de 1º de janeiro de 2007).

Das atribuições da Coordenação Municipal do (PBF) contidas na cartilha do SEADS, duas delas chamam a atenção: a sétima que é incentivar outras secretarias e órgãos municipais para que trabalhem com as famílias do Bolsa Família em atividades de geração de trabalho e renda, de capacitação profissional, de aumento de escolaridade e outras ações complementares, e a última que contempla a atribuição municipal, de articular e integrar, “Ações complementares”.

No CRAS de Morretes há cursos de capacitação de jovens o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PRÓ-JOVEM via (Sec. Nac. da Juventude, MDS, MEC, MTE). De modo mais amplo esses programas complementares podem ser “específicos”: formulados exclusivamente para atender as pessoas cadastradas no CadÚnico, em especial as beneficiárias do PBF, e os “já existentes”: que focalizam ou priorizam as famílias de maior vulnerabilidade social, o maior exemplo de Programa Complementares articulados em nível federal ligado a educação é o Programa Brasil Alfabetizado via ministério da educação (MEC). Essa parceria é um esforço para integrar o Programa Bolsa Família e o CadÚnico à ações que ajudam a desenvolver capacidades e oferecer oportunidades para as famílias na lógica das chamadas “ações complementares”, conforme estabelece a lei de criação do Programa Bolsa Família. Com ela espera-se aumentar a escolaridade e reduzir o analfabetismo da parcela da população mais vulnerável, aumentando também suas oportunidades de inclusão social, produtiva e cidadã como citado no site do programa Brasil Alfabetizado. Este desenvolve-se em parceria com estados e municípios, com o objetivo de alfabetizar e incluir as pessoas no sistema escolar e na sociedade.

O referido Programa consiste na transferência de recursos financeiros a estados e municípios para a formação de alfabetizadores que, por sua vez, alfabetizarão jovens e adultos analfabetos ou que cursaram menos de quatro anos do ensino fundamental. Além dessas ações via ações complementares, existem outras políticas da educação que podem ser incorporadas ao projeto de inclusão a alfabetização e ao aumento de escolaridade no complexo habitacional Dr. Sidney, e até mesmo como ações complementares via MEC (MEC – INEP e SEED, 2014).

Em todo o processo de materialização do Bolsa Família, independente da transferência do benefício às famílias, fica claro também, que a esferas locais, tem a oportunidade de ofertar ações complementares, o que transforma o modo de operar do Programa Bolsa Familia em um processo muito mais dinâmico e complexo no sentido do objetivo de emancipação das famílias. Não se limita somente ao repasse financeiro às famílias, como se a população fosse carente apenas de renda, deixando-a à merce apenas do trabalho socioassistencial, sem ações específicas para minimizar a situação de pobreza em diversas esferas da vida humana (JESUS 2011, p. 8).

Para uma melhor compreensão do perfil da população de Morretes a nível escolar podemos visualizar uma pesquisa feita no ano de 2010 de acordo com o senso IBGE, assim levando-se em consideração a pesquisa perguntou a pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível escolar, a classificação segundo o nível de instrução foi obtida em função das informações da série e nível ou grau de pessoas que estavam freqüentando ou já havia freqüentado o sistema de ensino, assim não contabilizando os analfabetos:

- Fundamental incompleto: 58,69% - 7.820 pessoas.

- Médio incompleto: 20,22% - 2.694 pessoas.

- Superior incompleto: 16,05% - 2.138 pessoas.

- Superior Completo: 4,74% - 631 pessoas.

- Indeterminado: 0,02% - 42 pessoas.

MÉTODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa foi processual começando de certa forma em março de 2011, com o coletivo de estudantes da Turma 2009 do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná - UFPR – Setor Litoral participando, com professores, técnicos, estudantes e atores políticos locais, pesquisando, planejando e intervindo mediante as demandas sociais inerentes após o desastre ambiental e nos anos seguintes. Com o projeto Águas de Março, quando nos ocupamos em especial de treze famílias da agricultura familiar que perderam suas casas e sua obtenção de renda com as atividades do campo e foram acolhidas pela prefeitura municipal em um abrigo urbano no centro da cidade, neste momento que o grupo de trabalho desenvolvido para intervir de forma participativa no processo das pessoas em situação de vulnerabilidade social atingidas pelo desastre natural, desenvolvendo suas ações na formação e organização comunitária para geração e gestão cooperada e sustentável de trabalho e renda.

O trabalho logo se transformou em um Programa de Extensão da UFPR chamado, porém com propostas de desenvolvimento social vinculadas às escolas e tecnologias sociais. Ao longo dos anos após a instalação das pessoas no complexo habitacional, do primeiro grupo de famílias no final de 2012, ao segundo em 2013, totalizando quarenta e três famílias no local, todas sabidamente em vulnerabilidade social e com conflitos instalados entre elas e ainda com dificuldades em acessar trabalho e renda, era necessária nova caracterização social, para além daquela feita para selecionar quais famílias teriam direito às casas.

No dia 13/09/2014 foi feita a primeira de três visitas desta caracterização social coordenadas pela equipe do CRAS de Morretes junto aos estagiários e em parceria com UFPR Litoral e a vários alunos do curso de Serviço Social no conjunto habitacional Dr. Sidney. Esta foi uma grande oportunidade interventiva em que os estudantes puderam vislumbrar feições da profissão e com as orientações da equipe do CRAS acerca de como proceder em uma visita domiciliar e sobre o teor

investigativo da vida profissional do assistente social, já que para muitos estudantes e estagiários era sua primeira visita domiciliar em conjunto com um assistente social. Foi utilizado um questionário para ser feito com os moradores e as visitas domiciliares foram realizadas com sucesso e por final continham diversas informações que seriam catalogadas e analisadas pela equipe do CRAS que resultaram num relatório final.

Com esta investigação foi possível comparar os dados do IBGE de 2010 acerca da escolarização do Município e como estes repercutem nestas famílias e assim tivemos elementos concretos sobre esta demanda, propondo ações para o acesso ao direito à Educação à pessoas em idade jovem ou adulta. Além disto foi possível começar os trâmites da documentação para legalizar a posse das moradias do citado complexo habitacional.

Concretamente para superar a pobreza é preciso transferir renda, garantir o cumprimento das condicionalidades e integrar políticas que permitam que as famílias desenvolvam suas potencialidades, como cita muito bem o plano de ação do PBF. Com isso a intersetorialidade entre as políticas do MEC/MDS - CRAS dispostas e implementadas como ações complementares permitem que uma simples ação municipal compreendida e coordenada intersetorialmente pelas secretarias municipais de educação e assistência em Morretes poderá ser um grande passo visando uma melhor condições de vida aos moradores do complexo habitacional Dr. Sidney através da alfabetização e do aumento da escolaridade dos moradores, estimulados e protegidos pelo acesso aos recursos do PBF que se estende também a estudantes jovens e adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciei boa parte da formação acadêmica convivendo com experiências processuais e coletivas que envolviam o conhecer e compreender para poder propor e agir buscando caminhos para a efetivação de direitos sociais. A investigação foi mais que ferramenta para conhecer as condições de vida dos envolvidos não somente em suas demandas concretas, mas em suas histórias como famílias caíçaras que viveram por gerações na mata atlântica cuja sobrevivência

estava baseada na agricultura familiar, até suas vidas serem sacudidas por um evento climático que os expulsou de seus lugares.

Conhecer o modo como vieram este trauma, suas muitas necessidades e privações no período do abrigamento em espaço urbano até entes externos do poder público decidissem que suas novas residências seriam em solo urbano e que não havia planejamento público³³ para que enfrentassem as consequências desse forçado êxodo.

Por fim, entender novamente o valor da pesquisa para que o Serviço Social possa sim ter um planejamento social, ou seja, um conhecer-compreender-propor e agir balizado na concretude das demandas desses que entendemos como sujeitos. A clareza do perfil educacional fragilizado pelo acesso mínimo à escola ou até mesmo do analfabetismo a que historicamente aqueles jovens e adultos estavam assujeitados foi definitivo para o encaminhamento dos modos de empoderamento dos mesmos para acessar trabalho e renda em espaços urbanos.

Cabe ressaltar que esses moradores por sua condição de vulnerabilidade e por participarem dos programas sociais do governo têm o respaldo no próprio Plano de Ação dos Programas Sociais o incentivo à atividades ligadas ao aumento da escolaridade e à qualificação, assim a partir da visualização deste quadro de baixo índice de escolaridade mais aquilo que a própria proposta do SUAS defende, interligar o direito à educação e assistência simultaneamente, como reforço mútuo para que ambos os direitos permite que estas pessoas possam vir a exercer sua autonomia e sua dignidade em espaços urbanos, com as novas exigências que a vida fará nesta nova condição. A investigação permitiu também caracterizar demandas educacionais que, antecedidas pela vulnerabilidade social, acentuadas em espaço urbano, poderão através da educação de jovens e adultos e da política de assistência permitir que novos caminhos sejam trilhados.

³³ Desde o grupo trabalho inicial conhecido como “Águas de Março” até o apoio de novos parceiros da UFPR Litoral se organizou em um Programa de Extensão nominado “Formação e Organização Comunitária para Geração e Gestão Cooperada e Sustentável de Trabalho e Renda” / PROEC 114/12 que se ocupou desse grave problema, mas por extrema falta de investimentos públicos não pode ser implementado. O grupo firmou em 2013 uma parceria com o Programa de Desenvolvimento Urbano e Rural – PDUR com propostas de desenvolvimento social vinculadas às escolas e tecnologias sociais que norteia suas ações até a presente data.

Assim como parte final de todo o processo a proposta de alfabetização e aumento de escolaridade foi fundamentada por dentro da política do SUAS, foi de longe uma proposta organizada pelo poder público Municipal e sim de um estagiário em período de estágio observando e aprendendo e seguindo a distância também longe de proporcionar e vislumbrar uma maior captação de renda, mais esmiuçar como os atores políticos locais tem a responsabilidade de promover ações que possam mudar a vida dos indivíduos envolvidos na política social, porém não é o que correqueiramente acontece, a ação foi proposta diante uma demanda eminente por qualidade de vida, acima de qualquer oportunidade de obtenção de renda pois a possibilidade de saber ler e escrever dentro da lógica da vida urbana passa pelas mãos de pessoas gabaritadas a intervir e auxiliar na gama pela conquista de direitos, podem e devem dentro da lógica da transitoriedade de políticas do programa de ação do Programa Bolsa Família iniciar a ação junta a secretaria de educação do mesmo município, as ações proposta diante a demanda social eminente no complexo habitacional Dr. Sidney Oliveira Antunes, foram bem aceitas e devidamente entregue ao responsável do CRAS da cidade de Morretes que também é o supervisor de estágio curricular obrigatório como projeto de intervenção no estágio dentro do programa de estágio do aluno correspondente.

Ainda assim não se sabe até que ponto as políticas de alfabetização e aumento de escolaridade possam ser pressuposto para que as famílias deixem o estado de vulnerabilidade social mediante ação complementar como preconiza a política do programa bolsa família, porém é de importância vital para famílias que se encontravam abraçadas a cultura do campo por gerações, que não vivam analfabetos a parte das oportunidades e do que se acontece na zona urbana, e de modo a um desacaso pelos atores público locais que as famílias não tenham como procurar seus direitos como se informar e buscar de todos os modos a sua sobrevivência com escolarização e oportunidades de ler e escrever.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**. São Paulo: Veras Editôa, 2013.

BEGOSSI, Alpina . Caiçaras, Caboclos e Recursos Naturais: Regras e padrões de escala. **SUSTENTABILIDADE: um conceito distorcido**. Human Ecology Review 6 (1): 1-7, 1999.

BERGUER.L. Peter; LUCKMANN. Thomas . **A construção da realidade, tratado de sociologia do conhecimento**. Peter L. Berguer, Thomas Luckmann 24º edição. Editora Vozes 2014.

BIGARELLA, J.J. **Matinhos: homem e terra, reminiscências**; Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. Boletim das Chuvas do Estado – Defesa Civil do Estado do Paraná. Disponível em <http://www.defesacivil.pr.gov.br>. Acessado em 23 de dezembro de 2013.

FRAGA C. K. **A atitude investigativa do assistente social**.Porto Alegre: PUC – RS 2010

Fundação instituto brasileiro de geografia e estatística – IBGE - Senso 2010. Disponível em www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411620

GUERRA, Yolanda. **Dimensão investigativa do exercício profissional**,Rio de Janeiro:UFRJ, 2006.

JESUS, Andréa Cristina Santos. **Desafios e diversidades na gestão do programa bolsa família em pequenos e médios municípios**. 2011, Doutora Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Ministério da educação - MEC – INEP e SEED, 2014. Disponível em: www.mec/inep.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Social MDS - **Guias e manuais 2010 atuação das instâncias de controle social** - 2 Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e pelo

Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Disponível em :
www.mds.gov.br/bolsafamilia

MOURA, Alessandra Balinhas de. **Avaliação da Eficácia do Programa de Transferência de Renda – Bolsa Família na cidade de Pelotas** – Universidade Federal de Pelotas - RS. Pelotas, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução. Maria Cecília França. São Paulo, Ática, 1993.

SOUZA R. Marcos; LOPES F.C. Abreu. **Análise de um evento extremo e desastre natural nas cidades de Antonina/PR e Morretes/PR**. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Paraná, 2012.